

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro, realizada no dia 26 de novembro de 2025

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de novembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), no edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e nove: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo, o Vice-Presidente, Adelino da Silva Cunha, e a/os Vereadora/es, Ana Genoveva da Silva Araújo, Diogo Carrasqueiras Pereira e António Manuel da Cunha Martins. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas 10h00 (dez horas). -----

Por determinação do senhor Presidente, secretariou esta reunião a senhora Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, Liliana Clementina Machado de Sousa. -----

Seguidamente, o senhor Presidente colocou a ata da reunião do dia 5 (cinco) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco) à consideração dos/a senhores/a vereadores/a, à qual o senhor vereador Diogo Carrasqueiras Pereira apresentou o seguinte reparo “*no que concerne aos e-mails institucionais, fiquei com a perceção de que, não obstante a possibilidade da sua parca utilização por parte de alguns dos eleitos, os mesmos seriam disponibilizados oportunamente para todos (os eleitos)*”. Sobre esta questão, o senhor Presidente esclareceu que foram criados e-mails para todos/as os/as eleitos/as. De seguida, a ata foi colocada a votação, tendo sido aprovada por UNANIMIDADE. -----

No período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente deu conhecimento aos/à senhores/a Vereadores/a das operações orçamentais e das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal. -----

O senhor Presidente, seguidamente, informou que as próximas reuniões de Câmara, de acordo com o Regimento aprovado para o efeito, decorrerão nos próximos dias 3 (três), 17 (dezassete) e 31 (trinta e um) de dezembro. No entanto, perspetivando-se que o Governo determine para a administração central tolerância de ponto no dia 31 (trinta e um) de dezembro, no Município de Terras de Bouro, como prática, também o será. Neste

sentido, essa reunião poderá realizar-se no dia 30 (trinta) de dezembro ou 2 (dois) de janeiro. -----

Prosseguindo e ainda no período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente informou os/a senhores/a Vereadores/a das atividades, iniciativas e outras situações ocorridas no período de 5 (cinco) a 25 (vinte e cinco) de novembro, tendo comunicado: -----

- No fim de semana de 7 (sete) a 9 (nove) de novembro, a Vila de Terras de Bouro acolheu a XXIV (vigésima quarta) Feira Mostra de S. Martinho nas Terras do Gerês, edição marcada pela grande adesão de expositores, quer económicos quer sociais, bem como de visitantes. -----

- Entre os dias 8 (oito) e 9 (nove) de novembro, Terras de Bouro recebeu uma delegação proveniente de Le Beausset, França, no âmbito de mais um intercâmbio cultural, que integra o processo de geminação iniciado entre os dois municípios em 2014 (dois mil e catorze). Esta visita veio reforçar a cooperação e a amizade entre as duas localidades, consolidando uma parceria que se tem fortalecido ao longo dos anos, através de diversas iniciativas conjuntas. -----

- No dia 10 (dez) de novembro, na Marina de Rio Caldo, decorreu a cerimónia de assinatura de um protocolo entre a Comissão de Dissuasão da Toxicodependência de Braga e as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ's) do distrito de Braga. Este protocolo visa o desenvolvimento de um conjunto de ações concertadas entre as comissões que o subscreveram. O acolhimento desta iniciativa em Terras de Bouro vem de encontro à “*dinâmica*” estabelecida por este Município, no que concerne à proteção das crianças e jovens do concelho. -----

- Decorreu, a 12 (doze) de novembro, a eleição dos novos corpos dirigentes do Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo do Vale do Cávado (CIAB). O Município de Terras de Bouro integra a direção deste órgão, na pessoa da senhora Vereadora Ana Genoveva Araújo. -----

- O Auditório Municipal, no dia 17 (dezassete) de novembro, acolheu a II (segunda) Tertúlia do Núcleo de Enfermagem Médico-Cirúrgica, subordinada ao tema “*Doença crónica: Um Olhar Integrado sobre o Cuidar*”, iniciativa promovida pela Unidade Local de Saúde de Braga, em parceria com o Município de Terras de Bouro. -----

- No dia 19 (dezanove) de novembro realizou-se, também no Auditório Municipal, o Seminário Final de Avaliação do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das

Crianças e Jovens (PLPPDCJ) – Ser + Criança, uma iniciativa promovida pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Terras de Bouro (CPCJ) e pelo Município. Este PLPPDCJ, com vigência de 3 (três) anos, definiu três grandes prioridades: potenciar a participação efetiva das crianças e jovens, reforçar a intervenção das entidades competentes na área da infância e juventude e da CPCJ, e promover a capacitação das famílias para uma parentalidade positiva. Este seminário teve como grande propósito apresentar o trabalho desenvolvido no âmbito do PLPPDCJ, bem como a avaliação do impacto deste plano na comunidade infantojuvenil e nas famílias do concelho. O evento coincidiu, também, com a celebração da Convenção sobre os Direitos da Criança, reforçando, assim, a importância de se prosseguir na defesa e promoção dos seus direitos fundamentais. -----

- Sobre as vias rodoviárias, e no âmbito do compromisso assumido pelo senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Miguel Pinto Luz, aquando da visita ao nosso concelho, decorreu a semana passada uma reunião com a Gestora Regional de Viana do Castelo e Braga das Infraestruturas de Portugal (IP). Nesta reunião foi apresentado o estudo e diagnóstico da situação existente e a proposta preliminar de intervenção dos traçados da rede viária, nomeadamente das EN205-3, EN304 e EN307 no concelho de Terras de Bouro (ligação Rio Caldo – Covide – vila de Terras de Bouro – Braga). Após validação deste estudo e da proposta pela IP, realizar-se-á a estimativa orçamental, a qual será apresentada em reunião de Câmara. Neste momento, o Governo garante, para intervenções na EN307, um investimento de 5.000.000,00 € (cinco milhões de euros). --

- Aquando da deslocação à Assembleia da República Portuguesa, em Lisboa, na passada sexta-feira, dia 21 (vinte e um) de novembro, junto dos/as senhores/as Deputados/as da Nação, foram abordados assuntos estruturantes para o desenvolvimento do território e defendidos importantes investimentos a considerar no Orçamento de Estado para o ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), nomeadamente: reforço da verba de 5.000.000,00 € (cinco milhões de euros) para a realização das obras previstas na rede viária; perceber, relativamente ao Aviso para investimentos urgentes nas infraestruturas escolares, se a escola de Rio Caldo está contemplada; no âmbito do Programa 1.º Direito, perceber como e quando serão assinados os contratos de financiamento para a reabilitação dos 46 (quarenta e seis) fogos propriedade do Município, a aquisição e reabilitação de um prédio para edificação de 6 (seis) fogos e a reabilitação de 25 (vinte e cinco) habitações de Beneficiários Diretos. Estas reuniões têm como propósito promover o entendimento entre

os Partidos quanto ao reforço de verbas para as autarquias locais e a prever no próximo Orçamento de Estado. Para além disso, foi reforçado e defendido, uma vez mais, que territórios com as características ambientais como as de Terras de Bouro devem beneficiar de um apoio financeiro especial. -----

- A Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) ainda se encontra em fase de discussão pública, a qual ficará concluída a 4 (quatro) dezembro. Terminado este prazo, os serviços da Divisão de Planeamento e Urbanismo (DPU) farão o relatório das petições recebidas, que será apresentado em reunião de Câmara. -----

- O projeto de reabilitação da antiga escola primária de Rio Caldo, para instalação da nova extensão de saúde, está concluído e aprovado, tendo, também, visto favorável do Tribunal de Contas. Em breve, será lançado o concurso público da empreitada. -----

- No passado sábado, dia 22 (vinte e dois) de novembro, decorreu o Seminário Final do Projeto Bem Comum, na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Com este projeto, que incidiu nas comunidades locais das freguesias com baldios das NUTIII do Alto Minho, Cávado, Ave e da freguesia de Cabril da NUTIII do Alto Tâmega, identificaram-se os modelos e práticas de gestão comunitária, reconheceram-se os exemplos bem-sucedidos de cooperação entre comunidades e baldios, contribuindo significativamente para uma boa governança dos baldios. -----

Seguidamente, o senhor Presidente informou que, na próxima reunião de Câmara, a realizar-se no dia 3 (três) de dezembro, será submetido, para análise e votação, o Relatório, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Município para o ano de 2026 (dois mil e vinte e seis). Este documento será, posteriormente, analisado e votado pela Assembleia Municipal, em reunião agendada para o dia 19 (dezanove) de dezembro. ----

Continuando, o senhor Presidente perguntou aos/à senhores/a Vereadores/a se queriam usar da palavra para pedir algum esclarecimento ou apresentar algum assunto. Foi respondido que sim pelo senhor Vereador Diogo Pereira. -----

O senhor Vereador Diogo Pereira começou por agradecer ao senhor Presidente o enquadramento das atividades municipais realizadas e as informações prestadas, não obstante a apresentação do relatório das atividades na Assembleia Municipal. No que diz respeito à relação e contacto com o Governo, referiu que é muito importante e determinante para o nosso território, no sentido de conseguir-se mais investimento nas diferentes áreas, nomeadamente, como o senhor Presidente referiu, nas estradas

nacionais, incluindo a de Rio Caldo ao Gerês. O senhor Vereador manifestou disponibilidade para, também, realizar e fortalecer essa articulação com o Partido Socialista. -----

Prosseguindo, o senhor Vereador Diogo Pereira solicitou esclarecimentos e informações sobre: -----

- Ponto de situação da Santa Casa da Misericórdia. -----

- Ponto de situação sobre a criação e instalação da Polícia Municipal. -----

- A reparação do passadiço existente no início da Vila de Terras de Bouro, independentemente de ainda se aguardar resposta das seguradoras, por se tratar de um estrago resultante de um acidente de viação, uma vez que é uma intervenção importante e urgente. -----

- As obras de reparação do passadiço e da ponte sobre o rio Homem, “*visto ainda não terem avançado*”. -----

- Sinalização vertical nas vias municipais, uma vez que apresentam algum desgaste. -----

- Cabos de eletricidade que se encontram tombados na rua do Pedrogo, no Gerês. -----

- A possibilidade de isentar, na época baixa, os comerciantes de São Bento da Porta Aberta do pagamento da taxa referente ao serviço de gestão de resíduos sólidos. -----

- Ausência de medidas de contenção após o incêndio na Serra Amarela. Apenas se verificou a realização de trabalhos aquando da visita da senhora Ministra do Ambiente e Energia às áreas afetadas pelos incêndios. “*Há particular perigo na estrada de acesso a Vilarinho e é importante evitar um eventual infortúnio*”, disse. -----

- Falta de condições no transbordo de passageiros dos transportes públicos em Souto, isto é, não é realizado num local com abrigo. -----

- Falta de iluminação pública no acesso à casa de uma pessoa em Covide. -----

- Falta de condições de acessibilidade à última casa do lugar da Mota, em Vilar, especialmente por se tratar da casa de 2 (duas) pessoas idosas. -----

- A possibilidade de existir apoio administrativo ao Vereador sem pelouros. -----

- A necessidade de criação de uma sala polivalente na escola básica do Gerês e verificarem-se constrangimentos na realização das atividades de enriquecimento

curricular (AEC's), assuntos estes que foram colocados na última Assembleia de Freguesia de Vilar da Veiga. -----

Sobre os assuntos abordados pelo senhor Vereador Diogo Pereira, o senhor Presidente esclareceu o seguinte: -----

- *“Sempre existiu boa articulação desta Câmara Municipal com todas as forças partidárias representadas no Governo, mas em especial com o Partido Social Democrata (PSD), e, particularmente, através do deputado da Assembleia da República Portuguesa e Secretário-Geral do PSD, Hugo Soares. Continuaremos a reunir e a reivindicar, junto do Governo de Portugal, medidas e investimentos que promovam o desenvolvimento de Terras de Bouro”*. -----

- A estrada de ligação de Alqueirão à Vila do Gerês é do domínio e gestão administrativa da Câmara Municipal. Uma vez concluída a rede pedonal, está prevista a realização da pavimentação desta estrada, logo após a conclusão das obras da rede de saneamento em baixa e alta, representando um investimento aproximado de 1 (um) milhão de euros. ----

- No que concerne à Santa Casa da Misericórdia, *“é um projeto que há muito está no nosso radar”*. No entanto, para se concretizar, a Santa Casa da Misericórdia tem que possuir património para a sua instalação. Perspetiva-se que haja esta possibilidade com a criação da Unidade de Cuidados Continuados, na freguesia da Ribeira. Este assunto tem, também, sido abordado pelo senhor Pe. Fernando Bento, Presidente do Centro Social e Paroquial de Moimenta. Contudo, é intenção que seja um projeto da Câmara Municipal e não de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). -----

- Quanto à Polícia Municipal, aguarda-se reunião com o Ministério da Administração Interna (MAI). Nessa reunião, para além da Polícia Municipal, tratar-se-á de outros assuntos, nomeadamente as obras de requalificação dos postos da Guarda Nacional Republicana (GNR), sítios na vila de Terras de Bouro e na vila do Gerês, compromisso assumido e não cumprido pelo Governo do Partido Socialista. O senhor Arquiteto Manuel Rocha tem articulado/discutido com os técnicos do MAI as características da obra a prever nos projetos de arquitetura e especialidades, nomeadamente a existência de camaratas femininas, celas e garantias de eficiência energética. Brevemente, será lançado o concurso para a elaboração dos referidos projetos. A responsabilidade financeira para a elaboração desses projetos será assumida pela Câmara Municipal, através do contrato de cooperação interadministrativo celebrado a 20 (vinte) de março de 2024 (dois mil e vinte

e quatro). O custo da obra será integralmente assegurado pela Administração Central, cabendo à Câmara Municipal apenas o acompanhamento da obra. -----

Outro assunto a tratar com o MAI, mas em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério do Ambiente e Energia e o Ministério da Agricultura e Mar, é a instalação da antena para comunicações e energia na fronteira da Portela do Homem, que ainda não foi concretizada por vários constrangimentos associados ao fornecimento de energia elétrica à estrutura. -----

Por fim, com o Posto da GNR de Busca e Resgate em Montanha do Gerês é necessário protocolar a cedência do gimnodesportivo de Rio Caldo, para a prática desportiva dos seus militares. -----

- Sobre a Polícia Municipal, referiu que a sua criação e constituição carecem de uma Resolução do Conselho de Ministros e da autorização do MAI. A seguir, será necessário prever no quadro de pessoal profissionais suficientes para a segurança de pessoas e bens e para fiscalização, atendendo à área do território, ao número de habitantes, ao número de turistas, visitantes e peregrinos. -----

- Relativamente à reparação do passadiço existente na entrada da Vila de Terras de Bouro, prevê-se que seja breve, uma vez que já foi adjudicada a uma empresa para executar o serviço de carpintaria. -----

- As obras no passadiço e na ponte sobre o Rio Homem, danificados pelas cheias resultantes das chuvas intensas e persistentes, agravada pela quantidade de água, imprevisivelmente, descarregada pela barragem de Vilarinho das Furnas, encontram-se a decorrer com normalidade. De referir que a EDP Produção não assumiu qualquer responsabilidade e, através da profícua articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), foi possível obter financiamento para recuperação desta ecovia. Naturalmente, o arranque da obra dependeu da elaboração do caderno de encargos, do lançamento do concurso público da empreitada e, inclusive, da redução do caudal de água do rio. -----

- Quanto à sinalética vertical da rede viária, a Câmara Municipal já tem 95% (noventa e cinco por cento) do levantamento e dos mapas prontos, prevendo-se, igualmente, a colocação de uma grande extensão de rails de proteção. Estas intervenções já estão contempladas no plano de atividades e orçamento para o ano de 2026 (dois mil e vinte e seis). -----

- A isenção da taxa referente ao serviço de gestão de resíduos sólidos, na época baixa, aos/às comerciantes de São Bento da Porta Aberta “*nunca vai acontecer*”, pois, tal facto, criaria injustiças e, conseqüentemente, reivindicações de outros operadores comerciais. Acrescentou, ainda, que o valor da taxa é de cerca de 9,00 € (nove euros). De destacar que já se realizou uma reunião com todos/as os/as comerciantes de S. Bento, tendo ficado muito bem esclarecida a decisão da Câmara Municipal. -----

Na área da gestão de resíduos, de água e saneamento tem-se desenvolvido um trabalho intenso e notório, mantendo em Terras de Bouro a fatura mais barata do país, atualizando os consumidores com atividade comercial e turística, melhorando a recolha dos resíduos, e substituindo e aumentando o número de contentores disponíveis para a recolha de resíduos diferenciados e indiferenciados. -----

- Quanto às vias de comunicação junto das áreas ardidadas, o senhor Vice-Presidente Adelino Cunha, responsável pela Proteção Civil, a Anabela Simões, Coordenadora Municipal de Proteção Civil, e Nuno Dias, técnico do Gabinete Técnico Florestal, têm desenvolvido um trabalho contínuo e permanente de monitorização e avaliação de riscos.

Sobre este assunto, pediu o uso da palavra o senhor Vice-Presidente, Adelino Cunha, referindo que na estrada de ligação de Brufe ao Campo do Gerês está a realizar-se uma monitorização “*quase diária*” da segurança da via, avaliando-se os riscos de queda de pedras e de aluimento de terras. Com a colaboração dos sapadores florestais, está a decorrer a limpeza das bermas (corte de vegetação e limpeza de regos e aquedutos), procedendo-se, de seguida, à limpeza das áreas mais acima da estrada. “*Esta estrada é perigosa e merece um olhar atento dos serviços de proteção civil*”. -----

Continuando, o senhor Vice-Presidente, Adelino Cunha, esclareceu que, relativamente aos cabos caídos na rua de Pedrogo, este estrago foi causado aquando da limpeza e corte das mimosas. O problema será, oportunamente, resolvido aquando da intervenção prevista para aquela rua. -----

O senhor Vice-Presidente esclareceu, também, que, na área da iluminação pública, os/as Presidentes de Junta de Freguesia apresentam à Câmara Municipal um ponto de situação dos pedidos que se encontram por resolver e esta, por sua vez, insiste junto da E-Redes para a sua resolução. Esta articulação entre a Câmara Municipal e a E-Redes tem corrido muito bem, resultando na rápida resolução dos problemas e solicitações. Por tal, entende-

se que a situação de Covid já se encontra resolvida, no entanto, tal facto será confirmado com o Presidente da Junta de Freguesia. -----

- Em relação ao transbordo de passageiros do transporte público em Souto, o senhor Presidente informou que vai, junto da Autoridade Intermunicipal de Transportes do Cávado, analisar a situação. -----

Sobre este assunto, pediu o uso da palavra a senhora Vereadora Ana Araújo, para referir que *“este assunto nunca foi reportado à Câmara Municipal por nenhum/a munícipe”*. --

- No que diz respeito ao apoio administrativo ao Vereador sem pelouros, o senhor Presidente questionou o senhor Vereador Diogo Pereira sobre *“o que pretende com apoio administrativo? Uma tablet? Um computador portátil?”*. Questões às quais o senhor Vereador Diogo Pereira respondeu de imediato: *“pergunto se é possível contratar alguém, em regime de avença por exemplo, para me dar apoio administrativo. Pois os vereadores que se encontram em regime de permanência possuem um conjunto de apoio, que eu não possuo, através dos cerca de 300 profissionais que respondem diretamente ao Executivo”*. -----

O senhor Presidente retomou aos esclarecimentos e questões colocadas pelo senhor Vereador Diogo Pereira e, relativamente ao acesso a habitações no lugar da Mota, na freguesia de Vilar, informou que o caminho já está empedrado, faltando, apenas, o seu alargamento. Para o alargamento, é necessário proceder à demolição e reconstrução de um muro privado e, para tal, iniciou conversações com o proprietário. Este assunto está, também, a ser acompanhado pelo senhor arquiteto Manuel Martins, prevendo-se que fique tratado nos próximos meses, com a remoção e reposição do muro, e com o alargamento e repavimentação do caminho. -----

- Quanto às AEC's, o senhor Presidente esclareceu que a Câmara Municipal protocolou com o Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro (AETB) a transferência de competências nesta matéria, assumindo o Agrupamento a gestão e a dinamização destas atividades. Tem conhecimento de constrangimentos existentes na contratação de professores/as para a dinamização destas atividades, em especial na Escola Básica do Gerês. No entanto, o AETB, com responsabilidades na matéria, nunca informou a Câmara Municipal da situação. -----

Recentemente, tendo-se encontrado com a senhora Diretora do AETB num evento, com preocupação e por sua iniciativa, abordou o assunto e a possibilidade desta competência

ser transferida, novamente, para o Município. A senhora Diretora explicou que a remuneração e os horários são muito reduzidos, não se tornando apelativos para os/as professores/as concorrerem. De forma a minimizar a situação, foi transferida, da Escola Básica de Rio Caldo para a Escola Básica do Gerês, uma funcionária com experiência no acompanhamento de crianças nestas atividades. -----

Sobre a sala polivalente, face ao número de alunos/as e o número de salas existentes com áreas generosas, o senhor Presidente julga ser possível afetar uma das salas a funções polivalentes. No entanto, já está em estudo a criação de um espaço para a biblioteca da escola. O senhor Presidente afirmou que tem recebido e prestado muita atenção a todas as reivindicações e contributos apresentados pelos pais e pelas mães dos/as alunos/as, pois o Município *“tem como objetivo servir bem e ir ao encontro da população nas mais diferentes áreas, nomeadamente na área da educação”*. -----

Relativamente às AEC's, a senhora Vereadora Ana Araújo referiu que *“não é assunto para ser colocado numa Assembleia de Freguesia. Esse assunto é da inteira responsabilidade da Direção do AETB.”* No que concerne às AEC's, trata-se de uma competência delegada por protocolo na direção do AETB. Como existe dificuldade na contratação de professores/as, a Direção contratou uma empresa para o efeito, que garantiu a contratação. É, sem dúvida, muito difícil, a contratação de professores/as, assim como mantê-los/as nas nossas escolas, pois, surgindo outra oportunidade, com maior número de horas e mais perto da sua residência, estes/as já não estão disponíveis para desenvolver as atividades extracurriculares. Ademais, como sabemos, a colocação de professores/as, para horários completos, já é um problema transversal ao país, e mais grave no caso das AEC's, com pagamentos baixos por hora. Tal como o senhor Presidente já referiu, aquando da conversa que teve com a senhora Diretora do AETB, esta referiu que ia resolver o problema e fê-lo, em parte, na Escola EB1 do Gerês, com a deslocação de uma funcionária da Escola Básica de Rio Caldo para lá. *“Até esta altura, apesar do assunto já ter sido abordado com a Sra. Diretora, não foi pedido nenhum tipo de colaboração ao Município.”* -----

De seguida, o senhor Vereador Diogo Pereira solicitou, novamente, o uso da palavra para, relativamente à reabilitação dos postos da GNR de Terras de Bouro e do Gerês, referir que, se o Partido Socialista (PS) faltou com a palavra, o próprio irá inteirar-se do que se passou e exigirá explicações. Quanto ao facto do senhor Presidente dizer que, para a realização das obras nos mencionados quartéis, não haverá apoio financeiro da Câmara

Municipal, tal referência foi, também, feita em relação à obra para a instalação da nova Extensão de Saúde de Rio Caldo e, depois, contraiu-se um empréstimo para a execução da obra. -----

Respondendo, o senhor Presidente esclareceu que, a então Ministra da Saúde, Marta Temido, para a concretização da assinatura do auto de transferência de competências na área da Saúde para a Câmara Municipal e depois de uma negociação muito apertada com a Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte, assumiu um investimento de 500.000,00 € (quinhentos mil euros) para a realização das obras. Explicou, ainda, que a Câmara Municipal, para assegurar o financiamento desses 500.000,00 € (quinhentos mil euros) do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com os prazos definidos pelo termo de aceitação até final do mês de junho de 2026 (dois mil e vinte e seis), teve, impreterivelmente, de recorrer ao empréstimo para a realização da obra. No entanto, aguarda-se o parecer final por parte do Ministério da Saúde, mantendo-se a esperança de se obter um reforço financeiro no valor do empréstimo de 600.000,00 € (seiscentos mil euros). -----

Relativamente aos quartéis da GNR, “*não há dúvidas que o PS não deu nada*”, apenas houve uma promessa do, então, Ministro José Luís Carneiro, perante os/as vários/as eleitos/as locais e os senhores comandantes da GNR, em apoiar financeiramente as obras de reabilitação, aquando da sua visita a Terras de Bouro para a inauguração do Centro Municipal de Proteção Civil, dos Desfibriladores Automáticos Externos (DAE's) e do Posto da GNR de Busca e Resgate em Montanha do Gerês. Posteriormente, em campanha eleitoral para as legislativas de 2024 (dois mil e vinte e quatro), José Luís Carneiro visitou a Câmara Municipal e, apesar não ter feito qualquer referência ao assunto, o senhor Presidente lembrou-o do compromisso assumido, manifestando o seu desagrado por não o ter cumprido. Em sequência desta manifestação na referida visita, José Luís Carneiro contactou o senhor Presidente, dias antes das eleições legislativas, para marcar a assinatura do “protocolo de colaboração para a celebração de contrato de cooperação interadministrativo para obras de reabilitação das instalações dos postos territoriais da Guarda Nacional Republicana da sede do concelho de Terras de Bouro (Moimenta) e da Vila do Gerês” para o dia 20 (vinte) de março, o qual poderia ter sido adiado, mas aceitou. Após isso, têm existido inúmeras reuniões técnicas com o gabinete técnico do MAI, para a concretização e elaboração dos projetos de arquitetura e de especialidades, compromisso atribuído ao Município naquele protocolo. -----

O senhor Vereador Diogo Pereira finalizou, referindo que tomou nota que, parte dos assuntos por si expostos, estão a ser tratados. Relativamente à taxa associada à gestão dos resíduos imputada aos/às comerciantes de S. Bento da Porta Aberta, compreende que poderão ser criados precedentes, mas vai apresentar formalmente proposta para a isenção. Ainda sobre as AEC's, frisou que, como o senhor Presidente atrás mencionou, se o AETB não cumprir com o contrato da delegação de competências, este pode ser avocado, *“uma vez que o Município poderá ter uma capacidade diferente do Agrupamento de Escolas”*. Sobre a sala polivalente, reconhece que este *“será claramente um grande investimento e que, em alternativa, uma maior área exterior coberta poderá ser uma mais-valia e uma solução menos onerosa”*. -----

Prosseguindo, o senhor Vice-Presidente interveio, questionando o senhor Vereador Diogo Pereira se o caso que expôs sobre a iluminação pública de Covide é antigo ou novo, à qual este respondeu que acha que é antigo. O senhor Vice-Presidente, Adelino Cunha, esclareceu que, nestes casos, a Junta de Freguesia deve trazer o assunto à Câmara Municipal, pois não há pedidos para colocação de luminárias que sejam “descartados”. Sobre este assunto, em particular, vai informar-se se já se encontra resolvido. -----

Por fim, o senhor Presidente perguntou aos/à senhores/a Vereadores/a se queriam usar da palavra para pedir mais algum esclarecimento ou apresentar algum assunto. Foi respondido que não. -----

Sendo 11h30 (onze horas e trinta minutos) e não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----